INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHA VIVA

Nº 1370 - 27 de julho de 2017

·IMPRESSO·

A Eletrosul vai ser PRIVATIZADA?

SINDICATOS DA INTERCEL COMBATEM PRÁTICA ANTISSINDICAL EM CRICIÚMA

Depois de histeria durante a greve geral, chefia regional tem atacado sindicato e pressionado trabalhadores

PG. 2-3

ELETROSUL

A ELETROSUL VAI SER PRIVATIZADA?

Proposta do Ministério de Minas e Energia retoma privatizações e ameaça a manutenção da Eletrosul pública

O quê a proposta de marco regulatório para o setor elétrico, que está em consulta pública até o dia 2 de agosto, tem a ver com o neoliberalismo e com a privatização da Eletrosul? Tudo! Vamos lá: a proposta apresentada pelo Ministério de Minas e Energia está de acordo com o que o partido do atual presidente chamou de uma ponte para o futuro. Esta proposta é muita clara quando fala: "executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura". O discurso é bem construído e, à primeira vista, podem passar despercebidas as reais intenções: desenvolvimento centrado na iniciativa privada nada mais é do que deixar as políticas públicas nas mãos do mercado e concessões de ativos é apenas um nome pomposo para privatização, termo rechaçado por muitos. Temos aí os pilares do neoliberalismo, mercado e iniciativa privada.

A ideologia neoliberal (sim, é uma ideologia mesmo que seus partidários neguem que seja) ganhou força nos anos 1970 com os governos de Margaret Tatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos EUA. As políticas neoliberais, como redução massiva de impostos para os ricos, esmagamento dos sindicatos, desregulamentação e privatização, foram um choque profundo no Reino Unido, um país que era um dos representantes do Estado do bem estar social. Esses países impuseram o neoliberalismo com única alternativa econômica através de instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Na América Latina o primeiro país a adotar o neoliberalismo foi o Chile de Augusto Pinochet, afinal para implantar políticas antipopulares nada melhor que uma ditadura. No Brasil o grande nome do neoliberalismo foi Fernando Henrique Cardoso na década de 1990 que, navegando no sucesso do plano real, pode implementar as políticas neoliberais que todos conhecemos e que incluiu a privatização de parte da Eletrosul. A vitória de Lula e do PT nas eleições de 2002 pausaram a implantação dessa agenda no Brasil até o golpe de 2016.

> ***"Qualquer regulamentação estatal é vista como um empecilho à liberdade econômica, por isso a limitação de gastos públicos, alterações na previdência e nas relações de trabalho. Tudo isso regado a um discurso neoliberal mal disfarçado que demoniza tudo aquilo que tenha apelo popular, que busque aplacar as desigualdades sociais"***

Como dito anteriormente, o partido que tomou de assalto o poder tem uma agenda neoliberal e o que vemos agora é a implementação dessa agenda. A consulta pública do MME é clara nesse sentido atendendo plenamente os ideais expostos naquele documento. Qualquer regulamentação estatal é vista como um empecilho à liberdade econômica, por isso a limitação de gastos públicos, alterações na previdência e nas relações de trabalho. Tudo isso regado a um discurso neoliberal mal disfarçado que demoniza tudo aquilo que tenha apelo popular, que busque aplacar as desigualdades sociais e que possa colocar algum tipo de freio no mercado. Esse partido está implantando sua agenda a toque de caixa antes das próximas eleições pois sabe que essas propostas foram derrotadas nas urnas quatro vezes seguidas. As intenções desse governo são claras e eles têm pressa, por isso precisamos ficar atentos e lutar pelo patrimônio público o quanto antes, não podemos deixar pra depois.

PRIVATIZAÇÃO

PRIVATIZAR NÃO É A SOLUÇÃO

Coletivo Nacional dos Eletricitários realiza seminário para debater setor elétrico nacional

Promovido pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) o Seminário foi realizado nos dias 19 e 20 em Brasília e contou com a participação de diversos palestrantes estudiosos do setor de energia. O ponto central dos debates apontou para as implicações das consultas públicas nº 32 (Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro) e 33 (Aprimoramento do marco legal do setor elétrico), do Ministério de Minas e Energia. No entendimento dos participantes, a proposta trazida no bojo das consultas públicas ora em andamento, é uma continuidade do processo de entrega das estatais ao capital privado, iniciado no governo FHC. Trata-se de uma proposta eminentemente privatista, considerando ENERGIA como MERCADORIA, e que terá como consequência, se implementada, o desmonte do setor estatal da indústria de energia elétrica, com implicações não só na vida dos trabalhadores do setor, como para toda a sociedade.

Destacou-se, ainda, que o impacto da possível aprovação do novo marco legal será significativo sobre a soberania nacional, uma vez que promoverá a entrega ao capital internacional - com especial interesse demonstrado pelas empresas estatais chinesas, de todas as grandes usinas da Eletrobras, repassando, obviamente, a administração dos reservatórios e, consequentemente, o controle sobre as principais bacias hidrográficas do país. Além disso, o processo - já em andamento - de retirada do papel estratégico da Eletrobras no setor elétrico brasileiro se constitui numa ameaça à segurança energética do país.

A posição dos eletricitários é pela manutenção do Setor Público como elemento estratégico de soberania nacional, em defesa da Eletrobras pública a serviço da sociedade brasileira. Nesse sentido, foi elaborado um plano de ação que inclui, entre outras ações, a elaboração de propostas visando a participação na audiência pública do MME, construídas a partir do diálogo com a sociedade, com a categoria e com parlamentares. Ainda no próximo mês de agosto serão realizadas Audiências Públicas no Congresso Nacional, com o apoio da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Elétrico e da Frente Parlamentar Mista pela Soberania Nacional, bem como organizadas Audiências Públicas nas Assembleias Legislativas dos Estados.

TRIBUNA LIVRE

O preço do amanhã

por Leandro Nunes

Na última semana fui notificado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM sobre uma reclamação feita pela Geração Futuro LPAR Fundo de Investimento em Ações (leia-se Parisotto) por conta de uma suposta irregularidade na eleição do Conselho de Administração da Celesc na sua Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGOE, ocorrida em abril. Na notificação constava um pedido de manifestação sobre o fato de ter sido indicado ao Conselho de Administração como representante dos empregados enquanto exercia cargo em organização sindical. Esta denúncia foi tema de uma matéria no jornal Linha Viva e manifestação no último boletim do conselheiro, encaminhado por e-mail aos trabalhadores da Celesc. A reclamação da Geração Futuro foi feita com base na nova lei das Estatais, aprovada ainda em 2016. Esta lei, dentre outras disposições, trouxe uma série de vedações ao exercício de cargo na administração de empresas públicas ou de economia mista, tanto na Diretoria quanto no Conselho de Administração. Elaborada sob medida por políticos preocupados em instituir uma reserva de mercado para os seus indicados, a lei dificulta o acesso a esses espaços, considerando questões absolutamente inconstitucionais; dentre essas, o exercício de cargo em organização sindical. Preocupada em excluir dirigentes sindicais da administração das empresas, esta vedação está alinhada à política do atual governo federal de privatizar todas as empresas públicas que conseguir, afastando dos espaços decisórios aqueles que, por experiência ou por ideologia, fariam o debate em defesa da manutenção das empresas públicas. Nesse sentido, tenho orgulho de ser dirigente sindical do Sindicato dos Eletricitários do Norte de Santa Catarina – SINDINORTE há 10 anos. Sou apaixonado pelo exercício da prática sindical e aprendi muito atuando no sindicato. Conheci a Celesc de ponta a ponta, interagi com empregados de todas as partes do Estado, fiz muitos colegas e amigos os quais nunca vou esquecer. Visitei cidades que jamais conheceria sem o trabalho sindical, assimilei informações sobre as mais distintas funções da empresa, evoluí como profissional. Fui eleito para representar os empregados da Celesc no Conselho de Administração por causa do meu trabalho sindical, por conta da minha ligação com os sindicatos da Intercel. Infelizmente, continuar representando os celesquianos no Conselho de Administração da Celesc tem um preço. A CVM, em resposta à denúncia feita pela Geração Futuro, se manifestou requerendo que eu renunciasse ao mandato no sindicato ou ao mandato no Conselho de Administração. Por mais triste que seja renunciar ao mandato sindical, eu não posso deixar o Conselho de Administração. Tenho muito trabalho a fazer naquele fórum, para o bem da empresa e de seus empregados. Os anos mais difíceis para a Celesc ainda estão por vir. Quanto mais próximo de 2020, mais difícil será mantermos a concessão da nossa empresa e esta dificuldade será sentida pelos empregados, em todas as decisões da administração. Sabendo disto, não vou desviar das minhas responsabilidades. De prático, renunciar ao mandato sindical significa abrir mão da estabilidade legal que tinha como diretor do Sindinorte, de quatro anos, o que não é simples, principalmente neste momento de incertezas. Muitos companheiros no setor elétrico nacional estão tomando a decisão de sair dos conselhos e permanecer nos sindicatos, na contramão da minha decisão. Porém, confio na minha escolha, com a dor de quem deixará um espaço que virou a minha casa na última década, acreditando que, ao final das contas, esta será a melhor decisão para nós, celesquianos, que confiaram no meu trabalho e me elegeram o seu representante no Conselho de Administração da Celesc.

Leandro Nunes é Repesentante dos Empregados no Conselho de Admnistração da Ccelesc

CELESC

SINDICATOS DA INTERCEL COMBATEM PRÁTICA ANTISSINDICAL EM CRICIÚMA

Depois de histeria durante a greve geral, chefia regional tem atacado sindicato e pressionado trabalhadores

Atentar contra a liberdade de trabalho sindical é o mesmo que atentar contra os trabalhadores. Este atentado tem ocorrido com frequência na Agência Regional de Criciúma. Na edição nº 1368 do LV já noticiamos o arroubo histérico do chefe da regional contra um simples cartaz que nominava os deputados federais inimigos dos trabalhadores. Após ter sido exposto, o chefe passou a perseguir os dirigentes sindicais tanto do Sintresc, quanto dos demais sindicatos da Intercel.

Na segunda-feira seguinte à publicação da reportagem iniciava a tradicional caravana da Intercel. A percorrida que acontece em todo o estado tem como objetivo informar os trabalhadores sobre a conjuntura política e econômica que balizam a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho, além de debater assuntos corporativos que impactam na vida dos trabalhadores e na manutenção da Celesc Pública. Pois em Ciricúma, o chefe da regional determinou que os dirigentes sindicais estavam proibidos de entrar na Celesc e conversar com os trabalhadores. Além disso, iniciou uma cruzada pressionando trabalhadores a se desfiliarem do sindicato local.

Mais do que agredir o Sintresc, a postura do chefe regional é prática antissindical e atinge em cheio os trabalhadores. Ao impor barreiras para a atividade sindical, a chefia regional tira dos trabalhadores o direito à assistência e informação. Pior ainda é a denúncia de pressão para desfiliações.

Por conta destas atitudes os sindicatos da Intercel organizaram nesta quarta-feira, dia 26, um grande ato de repúdio à chefia regional de Criciúma. Com a participação de todos os sindicatos da Intercel e de sindicatos de trabalhadores da região, o recado foi claro: ninguém é maior do que os direitos dos trabalhadores. E é direito dos trabalhadores ter acesso a um sindicato atuante e sério, sem sofrer pressões histéricas de nenhum chefe.

Os sindicatos da Intercel reafirmam o repúdio às práticas antissindicais ocorridas em Criciúma e lutarão contra qualquer ataque à representação dos trabalhadores.

Intercel
INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SANTA CATARINA

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)
Conselho Editorial: Patrícia Mendes
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 |
E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

GUERRA amazônica

DOCUMENTÁRIO MOSTRA LUTA DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NA AMAZÔNIA

Prostituição infantil, contaminação da água, centenas de quilômetros de árvores mortas, toneladas de peixes assassinados, milhares de famílias desabrigadas e sem emprego. Parece que o progresso prometido pelas construções das Usinas Hidrelétricas no Rio Madeira, em Rondônia, passou longe daquela região.

O documentário realizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) pretende dar voz aos atingidos e atingidas que sofrem e lutam diariamente pela garantia de seus direitos. É o caso de Nilce de Souza Magalhães, mulher, pescadora e lutadora, que meses após a gravação deste filme foi assassinada. Para Nicinha, e todo o povo atingido da região da Amazônia, nem um minuto de silêncio, mas toda uma vida de lutas.

O documentário está disponível para assistir no próprio site do MAB.

> "No meio da Amazônia existem pessoas e essas pessoas falam. E se as pessoas não falarem, o rio vai falar"